

Termo de Referência 104/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
104/2025	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	18/07/2025 17:01 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		0001401.22.05-2024

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação da empresa especializada para a realizar serviço de exames de diagnóstico por imagem (raio x) com e sem laudos, com disponibilização de aparelho de Raio-x (fixo) completo com instalação, manutenção corretiva e preventiva, equipe técnica e todos os EPI e insumos necessário para a prestação do serviço, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Candeias do Jamari - RO, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, por um período de 12 (meses) nos termos da tabela abaixo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. As características, especificações e quantitativo estimado do objeto da referida contratação esta conforme memorando nº460/SEMUSA/2024:

Item	Descrição	Mês	Un.	valor	Valor Total
	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA SERVIÇOS DE EXAMES RADIOLÓGICOS (RAIO X), COM E SEM LAUDO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHO DE RAIO-X (FIXO) COMPLETO COM INSTALAÇÃO, MANUTEÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, EQUIPE TÉCNICA E TODOS OS EPI E INSUMOS NECESSÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTO A SER DIPONIBILIZADO : EQUIPAMENTO DE RAIO X COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA Tensão de trabalho 220VAC ou 380VAC trifásico 50/60Hz Faixa de mA de 10 à 500mA *opcional 320mA, 630mA, 800mA ou 1000mA Faixa de kV de 40 à 125kV ou 150kV de 1 em 1kV Faixa de mAs de 0,1 a 630mAs *opcional 800mAs Tempo de exposição de 0,001 a 10s MESA DE COMANDO Mesa de comando com ajustes de kV, mA, tempo e mAs Mais de 530 técnicas programáveis e				



1	editáveis Indicação de exposição por sinal sonoro e luminoso TUBO DE RAIOS-X Tubo de raio-X de alta performance inserida na unidade selada compatível Foco de 0,3 a 2,0mm COLUNA PORTA TUBO Tipo chão-chão *opcional teto-chão ou chão-mesa Movimento giratório do eixo da coluna Freios eletromagnéticos para todos os movimentos Braço telescópico MESA BUCKY Tampo flutuante com deslocamento transversal e longitudinal, com freios eletromagnéticos Potter Bucky oscilante ou estacionário, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas BUCKY MURAL Potter Bucky oscilante, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas COLIMADOR Colimador manual Temporizador para desligamento automático. II - Radiografia Digital (CR) - Digitalizador multi-chapa e multiusuário com um buffer drop and-go exclusivo que elimina tempos de espera e maximiza a produtividade. digitalizador multi aplicação, beneficiando-se de três diferentes modos de resolução de imagem e maximização da produtividade para a gama completa de aplicações clínicas. 2 Cassete de 43X35 2 Cassete de 24X30 III – Sistema de envio e armazenagem de imagens, REGISTRO DA ANVISA. Incluir instalação completa.	12	Mês	36.885,42	442.625,04
Observações: Todos os insumos e EPI (equipamento de proteção individual) necessários para o desenvolvimento das atividades (películas, cassetes, envelopes), (Avental de chumbo ou plumbífero, óculos plumbífero, protetores de tireóide e dosimetria individual, bem como materiais para uso dos pacientes durante a realização de exames (aventais para troca de roupas) e ainda materiais para uso coletivo (copos, papel toalha, papel higiênico, álcool, materiais de limpeza e manutenção) são de responsabilidade e fornecimento da empresa contratada no período da execução do serviço.					

DESCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTOS QUE SERA REALIZADO PELO EQUIPAMENTO	
ESTIMATIVA DE 500 PROCEDIMENTO MÊS	CÓDIGO
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	0204010055
RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	0204010063
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)	0204010071
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	0204010080
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010128



RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010144
RADIOGRAFIA PANORAMICA	0204010179
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	0204020042
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA AP/P	0204020069
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	0204020077
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	0204020085
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	0204020093
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	0204020115
RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	0204020123
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) – ARCOS- COSTAIS	0204030072
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)	0204030137
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL	0204030153
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	0204030170
RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	0204040019
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	0204040035
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	0204040051
RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	0204040060
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	0204040078
RADIOGRAFIA DE MAO	0204040094
RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	0204040108
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	0204040116



RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	0204040124
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	0204050138
ESCANOMETRIA	0204060036
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	0204060060
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	0204060087
RADIOGRAFIA DE BACIA	0204060095
RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	0204060109
RADIOGRAFIA DE COXA	0204060117
RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	0204060150
RADIOGRAFIA DE PERNA	0204060168
Os códigos de procedimentos retirados do site http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp	

2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A contratação da empresa para realização dos exames radiológicos (Raio-x).

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o atendimento de urgência e emergência, da rede de saúde pública do SUS, na cidade de Candeias do Jamari - RO. Para o atendimento à demanda livre de pacientes críticos e não críticos encaminhados por outras unidades de saúde do município e distrito. Desta forma, e com o propósito de prover os meios necessários à realização de diagnósticos precisos e prementes, considerando a elevada acurácia dos métodos de diagnóstico radiológico, torna-se imperiosa a necessidade deste serviço.

3.2 Problema para a Administração Pública:



A ausência do serviço de diagnóstico por imagem no município resulta em dificuldades logísticas e sobrecarga dos sistemas de saúde de municípios vizinhos. A falta deste serviço pode comprometer o atendimento de saúde, prolongar diagnósticos e tratamentos, e sobrecarregar o sistema de transporte público e privado para deslocamentos dos pacientes.

3.3 Benefícios com a Resolução deste Problema:

Redução dos Deslocamentos: Evitará a necessidade de deslocamento para municípios vizinhos, facilitando o acesso rápido ao diagnóstico.

Melhoria na Eficiência dos Serviços de Saúde: Proporcionará diagnósticos mais rápidos, possibilitando tratamentos imediatos e eficazes.

Descongestionamento do Sistema de Saúde Vizinho: Reduzirá a pressão sobre os serviços de saúde de Candeias do Jamari, melhorando a qualidade do atendimento para todos.

Aumento da Satisfação dos Usuários: Com o acesso local aos serviços de Raio-X, os usuários terão maior comodidade e satisfação com o serviço público de saúde.

Malefícios com a Não Resolução deste Problema: Risco à Saúde da População: A demora no diagnóstico pode agravar condições de saúde que poderiam ser tratadas precocemente.

Aumento de Custos: Despesas adicionais com transporte e potencial agravamento de condições de saúde que requerem tratamentos mais complexos e caros.

Ineficiência do Sistema de Saúde: A continuidade da sobrecarga nos municípios vizinhos pode levar à deterioração da qualidade dos serviços prestados.

Retorno à População: A implantação do serviço de Raio-X no município de Candeias do Jamari - RO, proporcionará um atendimento mais rápido e eficiente, melhorando a saúde pública local. Isso se traduz em uma comunidade mais saudável, com maior qualidade de vida e confiança nos serviços de saúde pública oferecidos.

4. Requisitos da contratação

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente, encontradas no mercado. (Art. 6, XLI da Lei 14.133 /2021).

4.2. A empresa contratada deverá ser especializada no serviço de exames radiológicos (raio-x), com e sem laudo, coleta, com disponibilização do aparelho de Raio-x (fixo) completo com instalação, manutenção corretiva e preventiva, equipe técnica e todos os EPI e insumos necessário para a prestação do serviço.

4.3. Da qualificação Técnica:

- Apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica que ateste ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços de natureza compatível ao objeto ora pretendido, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Alvará da Vigilância Sanitária da empresa licitante referente ao objeto deste termo de referência, expedido pelo órgão competente (esfera Estadual ou Municipal) vigente.
- Comprovação de inscrição da proponente no órgão de classe respectivo;
- Declaração formal, de sua disponibilidade, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; **POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**



- O equipamento fornecido para o serviço terá que ter as especificação mínimas contida no item 1.2 com a comprovação da Notas fiscal do equipamento de execução dos exames, **POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**.
- Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

4.5 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 Sustentabilidade

Os requisitos de Sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.6 Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Disponibilizar à CONTRATADA as dependências e instalações físicas destinadas à prestação do serviço.
- 5.1.3. Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.
- 5.1.4. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.7. Zelar pelos equipamentos que forem entregues.
- 5.1.8. Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.2.1. Manter-se durante a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.2. A CONTRATADA executará os serviços de acordo com o contrato, termo de referência;
- 5.2.3. CONTRATADA será responsável a efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, etc, em decorrência de condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da administração pública municipal.
- 5.2.4. A CONTRATADA deverá ter pessoal com experiência e formação necessária para o desempenho das funções especificadas e na qualidade necessária.



5.2.5. A CONTRATADA deverá dispor de um número de pessoal suficiente para eventuais substituições, em caso de afastamento por motivo de férias, doenças, licenças, de forma que fique assegurado aos empregados, o repouso semanal previsto em lei e os demais benefícios sociais.

5.2.6. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer acidentes, que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências exigidas pela legislação em vigor, bem como, ratificação em qualquer circunstância, não haver vínculo empregatício entre seu empregado e a administração.

5.2.7. A contratada será responsável pelas manutenções preventivas e corretivas serão realizadas de acordo com as orientações dos fabricantes dos equipamentos.

5.2.8. Os equipamentos com defeitos deverão ser consertados ou substituídos imediatamente, devendo a contratada dispor de outras alternativas para manter o atendimento. Os exames de emergência deverão ser de imediata solução pela CONTRATADA não causando prejuízos aos pacientes.

5.2.9 A CONTRATADA responsabilizar-se em disponibilizar, para os serviços, objeto deste contrato, os equipamentos, insumos e EPI necessários para o fiel cumprimento dos serviços mencionados neste Termo de referência.

5.2.10. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA a aquisição dos mobiliários, equipamentos e utensílios necessários para a prestação dos serviços.

5.2.11 A responsabilidade por eventuais paralisações do serviço, por parte de seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços contratados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE;

5.2.12. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as instruções emanadas da SEMUSA;

5.2.13. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação da Nota fiscal mensal dos serviços prestados, comprovar o recolhimento da contribuição previdenciária e trabalhista, daqueles empregados que atuarem na prestação dos serviços correspondentes, mediante a apresentação de certidões do INSS e FGTS e cópia da guia de recolhimento do ISS e ou retenção do mesmo no ato efetivo de pagamento da NF dos serviços executados. A SEMUSA reterá os pagamentos da CONTRATADA, não cabendo qualquer correção sobre os valores retidos, enquanto não lhe for apresentada à documentação integral solicitada.

5.2.14. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades, e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou mal súbitos, por meio de seus encarregados.

5.2.15. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer todas e quaisquer informações necessárias no prazo Máximo de 48 horas a SEMUSA sempre que solicitado.

5.2.16. A CONTRATADA quando solicitada por ofício, deverá encaminhar um servidor a esta SEMUSA, para prestar esclarecimento dos serviços pertinente ao objeto deste sempre que solicitado.

5.2.17. A CONTRATADA deverá permitir a fiscalização que fizerem necessários pela auditoria interna e externa, sempre que lhe for solicitado.

5.2.18. A contratada deverá fornecer os equipamentos durante o período de contratação.

5.3 RESPONSABILIDADES CIVIL

5.3.1. A CONTRATADA reconhece que é a única e exclusiva responsável civil e criminal por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

5.3.2. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente pelo bom estado e boa qualidade da prestação de serviços de exames e procedimentos na área de diagnóstico por imagem (RAIO –



X), respondendo perante a Administração da CONTRATANTE, inclusive órgão do poder público, por ocorrência de exames e procedimentos inadequados para os fins previstos no presente contrato.

5.3.3. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente por vínculos trabalhistas, entre os funcionários das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhistas,

5.3.4. previdenciários, securitários, tributários, fiscais e parafiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste Termo de referência, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

5.4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.4.1 comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

5.4.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

5.4.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.4.4 dar causa à inexecução total do contrato;

5.4.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

5.4.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5.4.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

5.4.8 ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

5.4.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato.

5.4.10 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.4.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.4.12 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

5.4.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

5.4.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.4.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

5.4.16 Advertência pela falta do subitem 5.3.2 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.4.17 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 5.3.5 a 5.3.7 e 5.3.9 a 5.3.14;

5.4.18 Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 5.3.8, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

5.4.19 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 5.3. 4 (inexecução total do contrato).



5.4.20 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 5.3.3 e 5.3.8 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.4.21 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 5.3.9 a 5.3.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

5.4.22 na aplicação das sanções serão considerados:

5.4.23 a natureza e a gravidade da infração cometida;

5.4.24 as peculiaridades do caso concreto;

5.4.25 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.4.26 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5.4.27 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.4.28 se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

5.4.29 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.4.30 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

5.4.31 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de

6. Modelo de execução do contrato

6. Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. Início da execução do objeto: IMEDIATO após assinatura do Contrato ;

6.1.3 A prestação do serviço será executada nas dependências da Unidade Mista Santa Izabel para atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em regime de plantão aos finais de semanas e feriados, segunda a sexta feira sobre aviso a partir das 19h, com a disponibilidade dos equipamentos e demais material necessário, mas todas as despesas de manutenção predial, energia e água do local para a execução da prestação do serviço serão custeadas pela licitante vencedora, devendo a comprovação dos pagamentos serem entregues em conjunto com a documentação da realização da prestação de serviço.

6.1.4 Todos os procedimentos de Raio-X DIGITAL deverão obrigatoriamente serem **através de pedido/requisição emitido pelas unidades de saúde devidamente assinadas pelo médico solicitante do exame com o carimbo constando a numeração do CRM , datado**

6.1.5 Os resultados dos exames de Raio-X digital deverão ser fornecidos no momento da conclusão do exame, respeitando o seu limite de realização.



6.1.6 Os Exames de Raio-X solicitados com laudo deverão ser fornecidos em até 3 (três) dia da conclusão do exame, podendo ser prorrogada a entrega em caso de acúmulo de exames no prazo máximo de 6 (seis) dias. Em casos de emergência ou achados críticos, o laudo deverá ser fornecido em até 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão do exame.

6.1.7 As requisição do paciente fornecida pelo médico para o procedimento/exame, sendo remetidas para comprovação da execução do serviço em formato PDF com os originais e relatório de execução com os códigos de procedimentos (item 1.2), sendo vedada retenção de cópia de documento pessoais do paciente.

6.1.8. A (S) CONTRATADA (S) não poderá (ao) alterar a estrutura física existente, podendo, somente, mediante autorização desta Secretaria Municipal de Saúde. Reparos e adaptações nas dependências da CONTRATANTE, deverão sempre observar a legislação vigente;

6.1.9. Ressaltamos que após a homologação da empresa vencedora para instalação na dependência Da unidade mista santa Izabel, será solicitada pelo (a) secretário (a) de saúde a instalação ou transferência de medidores de consumo junto às fornecedoras de água e luz, digo: CAERD e ENERGISA.

6.1.10. A contratada deverá deixar a disposição dos técnico profissionais (técnico de radiologia) do quadro ativo do município para exercício de suas atividades os equipamentos e material necessário para realizar dos exames fora do horário da contratada conforme item 6.2.3 , os Exames de Raio-X solicitados com laudo deverão ser encaminhado a contratada para laudo do profissional médico.

6.1.11 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda realizar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

6.2 Local e horário da prestação dos serviços

6.2.1. O serviço será prestado no seguinte endereço:

SEQ.	UNIDADE DE SAÚDE
1.	UNIDADE: Unidade Mista Santa Izabel (HPP) – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – ENDEREÇO DA UNIDADE: R. Zacarias Vicente dos Santos, Bairro União - Candeias do Jamari, RO, 76860-000, CNES 4002547

6.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em regime de plantão aos finais de semanas e feriados, segunda a sexta feira sobre aviso a partir das 19h, com a disponibilidade do equipamentos e demais material necessário para os exames, ficando disponível os equipamentos e material para realizar dos exames pelos técnico profissionais do quadro ativo do município fora do horário da contratada.

6.3 Materiais e equipamentos a serem disponibilizados

6.3.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, e equipamentos descrito abaixo.

- equipamento de Raio-X completo com Instalação (item 1.2)
- Disponibilização de insumos e EPI necessários para a realização dos exames (equipamento de proteção individual) necessários para o desenvolvimento das atividades (películas, cassetes, envelopes), (Avental de chumbo ou plumbífero, óculos plumbífero, protetores de tireóide e dosimetria individual, bem como materiais para uso dos pacientes durante a realização de exames (aventais para troca de roupas) e ainda materiais para uso coletivo (copos, papel toalha, papel higiênico, álcool, materiais de limpeza e manutenção) de responsabilidade e fornecimento da empresa contratada no período da execução do serviço.
- mobiliários e utensílios necessários para a prestação dos serviços.

6.4. Formas de transferência de conhecimento



6.4.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.5 Formas de Pagamento

6.5.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.6 Condições para Assinatura do Contrato:

6.6.1 A empresa vencedora do certame deverá no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da divulgação do resultado, **sob pena de não assinatura do contrato**, para apresentar junto a Contratante, documentação atualizada que comprovem a existência dos aparelhamento e do pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.7 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.8.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

6.8.3 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

6.8.4 Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Preposto

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.6. Fiscalização

7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.



7.7.Fiscalização Técnica

7.7.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento da contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.7.2. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

7.7.3. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.7.4 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades.

7.7.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8 Gestor do Contrato

7.8.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.4 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.8.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.9 Critérios de medição e pagamento

7.9.1 A EMPRESA vencedora do certame licitatório deverá entregar a cada mês a Nota fiscal, os Relatório de Prestação de Serviços e BPA, as Requisições Médicas dos Atendimentos, as certidões de regularidade fiscal, a Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º Salário, vale transporte e vale alimentação dos funcionários que executam o serviço, as Guias da Previdência Social (GPS – Pagamento do INSS) e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GFIP- Pagamento do FGTS) relativo a prestação dos serviços que será recebido para análise.

7.10 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:



7.10.1. **Os serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências.

7.10.3 O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.11.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12 Liquidação

7.12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.3.1. o prazo de validade;

7.12.3.2. a data da emissão;

7.12.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.3.5. o valor a pagar; e

7.12.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13 Prazo de pagamento

7.13 .1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



7.13.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.13.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a detentora da ata de registro de preço não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/ nota fiscal serão calculados – mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria – por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$

$I = 6/100/365$

$I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

7.13.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14 Forma de pagamento

7.14.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela CONTRATADA, devidamente atestadas pela Administração Pública.

7.14.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência, e conta corrente indicada pelo CONTRATADA.

7.14.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.14.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14.6. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) CONTRATADA(s) enquanto houver qualquer pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.14.7. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.14.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.14.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.



7.14.10. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocolada no órgão.

7.14.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação Prova de Regularidade:

- a. Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- b. Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- c. Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e. Certificado de Regularidade do FGTS;
- f. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011).

7.14.12. Admitida a comprovação por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

7.14.13. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada.

7.14.14. A documentação alusiva ao pagamento mencionada nos itens acima, deverá ser entregue diretamente ao fiscal de contrato que irá fazer o recebimento provisório dos serviços executados mediante o relatório de fiscalização (dependerá dos resultados levantados pelo) fiscal "in loco" que se trata da verificação da execução do serviço prestado (obrigações da contratada, prazos, produtividade, fornecimento de material e equipamento, etc.) e encaminhar à Comissão de Recebimento para lavratura do Termo de recebimento definitivo dos serviços e atesto da Nota Fiscal para posterior pagamento.

7.14.15. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMUSA, CNPJ: 84.744.852/0001-28** – ENDEREÇO: Rua Laercio nobre, 287 - Bairro Satélite - Candeias do Jamari-Ro, documentos protocolado via E-mail: semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br , admsemusa@candeiasdojamari.ro.gov.br

8. Do reajuste

8.1 REAJUSTE CONTRATUAL

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data da assinatura do contrato, de acordo com o artigo 25, § 8º, da Lei 14.133/2021, a contar da assinatura do contrato

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO no sistema de registro de preço (SRP), na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

9.1.2 Considerando também que a separação dos serviços previstos no respectivo Termo de Referência em item distintos diminuirá a competitividade do certame e a probabilidade da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, ocasionando perda da economia de escala.

9.1.3 A proposta deve ser enviada, sendo assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito das demais contratadas, prejuízo à administração pública ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo, nela deverá conter:

- a. Valor global para a execução dos serviços por 12 (doze) meses;
- b. Valor global para a execução dos serviços por mês;
- c. Planilha demonstrativa de composição de preços, com previsão de custo total mensal.

9.1.4 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com os serviços, seguros, encargos sociais, impostos e taxas, transportes, etc. bem como os insumos de materiais, equipamentos, demais insumos necessários à sua composição.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por 12 (doze) meses.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1 A documentação abaixo deve ser apresentada juntamente com as propostas.

- a. Licença da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- b. **Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante** (Certidão ou Declaração), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação.
- c. Entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que em sua individualidade ou soma, contemplem um mínimo de 10% (dez por cento) do objeto desta licitação.
- d. Entende-se por serviços de características semelhantes aquele que em sua individualidade ou soma, contemplem um mínimo de 30% (trinta por cento) do objeto.
- e. Declaração expressa de que conhece e acata todas as condições previstas no Edital e termo de referencia.
- f. As exigências contidas nos itens acima deverão ser atendidas pelo licitante vencedor em conformidade com as exigências da Legislação Vigente.



Habilitação jurídica

9.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. **Ato de Autorização** para o exercício da atividade da atividade contratada.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:(Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei para o ramo de atividade.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 442.625,04

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 442.625,04 (quatrocentos e quarenta e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) Considerando os termos do §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi utilizado,



como método para obtenção do preço estimado por contratação do serviço, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços, mediante pesquisa em sistema de banco de preço. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado

11. Adequação orçamentária

11.1. As respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto deste certame, ocorrerão á conta dos recursos específicos desta Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, bem como recurso provenientes de convênio ou repasses fundo a fundo de custeio de serviço no momento do pedido de liberação de saldo da ata, com o devido apontamento e pedido de reserva.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

Equipe de apoio

IRGO MENDONCA ALVES

Autoridade competente





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*. **2-*4 em **23/07/2025 10:00:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1088.5Z00.553R.H13X.7710**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **SIZEN KELLEN DE SOUZA DE ALMEIDA**, CPF: 730.09*. **2-*1 em **22/07/2025 08:01:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0836.1901.5432.E16R.2411**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEY MORAES DE MEIRELES**, CPF: 497.88*. **2-*3 em **21/07/2025 10:52:41**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10W1.2X52.741A.4587.6760**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 em **18/07/2025 16:35:11**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **16U1.0A35.511R.4522.2361**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.CD0.0F5** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 , em **18/07/2025 - 16:35:11**

Código de Autenticidade deste Documento: 1646.8V35.7113.665U.4561

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Estudo Técnico Preliminar 94/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 0001401.22.05-2024

2. Introdução

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar visa fornecer uma análise detalhada e fundamentada para embasar o processo licitatório para futura e eventual contratação da empresa especializada para a realizar serviço de exames de diagnóstico por imagem (raio x) com e sem laudos, com disponibilização de aparelho de Raio-x (fixo) completo com instalação, manutenção corretiva e preventiva, equipe técnica e todos os EPI e insumos necessário para a prestação do serviço, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Candeias do Jamari - RO, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

3.1 A contratação da empresa para realização dos exames radiológicos (Raio-x).

A unidade mista santa Isabel oferece atendimento de urgência e emergência, da rede de saúde pública do SUS, na cidade de Candeias do Jamari - RO. Por isso, atende à demanda livre de pacientes críticos e não críticos encaminhados por outras unidades de saúde do município e distrito. Desta forma, e com o propósito de prover os meios necessários à realização de diagnósticos precisos e prementes, considerando a elevada acurácia dos métodos de diagnóstico radiológico, torna-se imperiosa a necessidade deste serviço.

3.2 Problema para a Administração Pública:

A ausência do serviço de diagnóstico por imagem no município resulta em dificuldades logísticas e sobrecarga dos sistemas de saúde de municípios vizinhos. A falta deste serviço pode comprometer o atendimento de saúde, prolongar diagnósticos e tratamentos, e sobrecarregar o sistema de transporte público e privado para deslocamentos dos pacientes.

3.3 Benefícios com a Resolução deste Problema:

Redução dos Deslocamentos: Evitará a necessidade de deslocamento para municípios vizinhos, facilitando o acesso rápido ao diagnóstico.

Melhoria na Eficiência dos Serviços de Saúde: Proporcionará diagnósticos mais rápidos, possibilitando tratamentos imediatos e eficazes.

Descongestionamento do Sistema de Saúde Vizinho: Reduzirá a pressão sobre os serviços de saúde de Candeias do Jamari, melhorando a qualidade do atendimento para todos.

Aumento da Satisfação dos Usuários: Com o acesso local aos serviços de Raio-X, os usuários terão maior comodidade e satisfação com o serviço público de saúde.

Malefícios com a Não Resolução deste Problema: Risco à Saúde da População: A demora no diagnóstico pode agravar condições de saúde que poderiam ser tratadas precocemente.

Aumento de Custos: Despesas adicionais com transporte e potencial agravamento de condições de saúde que requerem tratamentos mais complexos e caros.

Ineficiência do Sistema de Saúde: A continuidade da sobrecarga nos municípios vizinhos pode levar à deterioração da qualidade dos serviços prestados.



Retorno à População: A implantação do serviço de Raio-X no município de Candeias do Jamari - RO, proporcionará um atendimento mais rápido e eficiente, melhorando a saúde pública local. Isso se traduz em uma comunidade mais saudável, com maior qualidade de vida e confiança nos serviços de saúde pública oferecidos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUSA	IRGO MENDONÇA ALVES

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

5.2 Poderão participar desta Licitação exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48, I, e art. 49, IV da Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), e que atendam às condições previstas neste estudo técnico preliminar.

5.3 Qualificação Técnica:

- Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação
- Licença da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;
- Declaração formal, de sua disponibilidade, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; **POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

5.4 Equipamentos:

- Os equipamentos de Raio-X devem ser de tecnologia moderna, com certificação de conformidade e laudos de calibração atualizados.
- Garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante o período de vigência do contrato.

5.5 Local de Prestação do Serviço:

- O serviço de Raio-X deve ser realizado nas dependências do órgão público contratante, com instalações adequadas e aprovadas pela vigilância sanitária.
- Horário de Funcionamento: O equipamento deve estar disponível em horário comercial para o uso da equipe técnica da unidade, com a disponibilidade de uma equipe técnica para o atendimento emergencial fora do expediente normal pela contratada.

5.6 Normas de Segurança:

- Cumprimento das normas de segurança do trabalho e de radioproteção, conforme legislação vigente.
- Uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais.

5.7 Capacidade de Atendimento:

- A empresa deve garantir capacidade para atender a demanda projetada, com um mínimo de [quantidade] exames mensais.

5.8 Condições de Pagamento:



5.8.1 Forma de Pagamento:

- Pagamento mensal por serviço prestado, mediante apresentação de nota fiscal, relatórios mensais, Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Tributos Estaduais, Certidão Negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais, Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT, relativa a comprovações de liquidez, trabalhistas, disponível em <http://www.tst.jus.br/certidao>

5.8.2 Prazos de Pagamento:

- O pagamento será efetuado até 30 dias após a apresentação dos documentos fiscais e relatórios mensais, devidamente aprovados pelo órgão contratante.

5.8.3 Ajustes e Reajustes:

- Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data da assinatura do contrato.
- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s).
- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- O reajuste será realizado por apostilamento.

5.8.4 Manutenção de Equipamentos:

- Garantia de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sem custos adicionais para o órgão contratante, durante todo o período contratual.

5.9 Condições de Recebimento:**5.9.1 Aceitação dos Serviços:**

- A Licitante vencedora deverá efetuar os serviços e ao final de cada mês da prestação de serviços deverá entregar a respectiva documentação no endereço eletrônico **e-Mail: admsemusa@candeiasdojamari.ro.gov.br** por meio de arquivo digital em formato PDF, sendo elas: a) Nota fiscal; b) Relatório de Prestação de Serviços, c) Requisições Médicas dos Atendimentos; d) certidões de regularidade fiscal; e) Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º Salário, vale transporte e vale alimentação dos funcionários que executam o serviço; f) Guias da Previdência Social (GPS – Pagamento do INSS) e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GFIP- Pagamento do FGTS) quitado e comprovante de entrega dos funcionários que executam o serviço; g) Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS), bem como os os documentos originais deverão ser entregues junto a SEMUSA para fins de conferência da Comissão de Recebimento de Serviços..

5.9.2 Relatórios de Atividade:

- Entrega mensal de relatórios detalhados dos atendimentos realizados, incluindo número de exames, tempo de execução e quaisquer incidentes ocorridos.

5.9.3 Acompanhamento e Fiscalização:

- O órgão contratante se reserva o direito de realizar auditorias e inspeções periódicas para assegurar o cumprimento dos termos contratuais e a qualidade dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Verificar junto a outras contratações, outros órgãos e empresas privadas, as possíveis soluções para a prestação de serviço de Raio-X por imagem e identificar quais soluções atendem melhor às necessidades da administração pública dentro dos seus contextos, limitações e região.

solução 1 : A aquisição ou locação do equipamento de Raio x fixo para o Município.

Considerando o orçamento virgem do município, conforme orçamento vigente não consta disponibilidade do valor suficiente para aquisição do raio x.

Considerando a mão de obra, o município hoje só tem 2 (dois) técnico em radiologia, sendo que para esta demanda necessita de um medico em radiologista para laudos, mais 2 técnico em radiologia para cumprimento de escala e férias, pois cada técnico tem direito a férias 2 vez ao ano com duração de 20 dias devido o excesso de radiação.

Considerando que para tal finalidade o município terá que contrata o serviço de manutenção corretiva e preventiva do equipamento e terá que fazer aquisição de insumos para executar o serviço a população de forma adequada, sendo que conforme supro citado esta secretaria não encontra de orçamento disponível para demanda.

solução 2: Da contratação do serviço.

A contratação para a executa o serviço de exames de diagnostico por imagem (Raio-x), A vantagens: sendo que a contratada terra que custear a realização e entrega de laudos dos exames aos usuários, bem como a disponibilização dos equipamentos com a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e todos os insumos necessários para a realização dos exames, incluindo as despesas de manutenção predial para a execução do serviço. **A desvantagens:** Limitações na variedade de exames, Um serviço de raio-x fixo pode ter limitações na oferta de exames mais complexos, como aqueles que exigem equipamentos mais avançados.

solução 3: Consórcios Públicos.

Formação de consórcios entre municípios para compartilhamento de recursos e infraestrutura de Raio-X, otimizando custos e ampliando a capacidade de atendimento, **A vantagens:** Compartilhamento de custos e recursos entre municípios, Maior capacidade de atendimento e cobertura regional. **A desvantagens:** Complexidade na coordenação e gestão do consórcio, Dependência da colaboração e comprometimento dos municípios participantes.

Identificação da Solução Ideal:

Após analisar as vantagens e desvantagens de cada solução, a **contratação do serviço solução 2.** se destaca como a solução que melhor atende às necessidades da administração pública para a prestação do serviço de Raio-X por imagem. Isso se deve aos seguintes motivos:

Qualidade e Eficiência: A contratação permite que o serviço seja prestado por empresas especializadas com experiência comprovada, garantindo altos padrões de qualidade e eficiência.

Modernização: Empresas frequentemente possuem acesso a tecnologias modernas e estão atualizadas com as melhores práticas do mercado, o que proporciona um serviço de diagnóstico de imagem de alta qualidade.

Custo-Benefício: A contratação elimina a necessidade de altos investimentos iniciais em infraestrutura, equipamentos e insumos, etc..., além de permitir uma flexibilidade maior na gestão dos custos operacionais.

Flexibilidade e Adaptação: A possibilidade de ajustar a capacidade de atendimento conforme a demanda e a facilidade de integrar o serviço com outras soluções de saúde tornam a contratação uma opção prática e eficaz para a administração pública.

7. Descrição da solução como um todo

Art. 18, § 1º, inciso VII: Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

a) Solução Completa:

A solução completa proposta é a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames diagnóstico por imagem (Raio X), com fornecimento de equipamentos, técnicos e insumos, garantia de laudo por mão de obra médica qualificada, através de **Sistema de Registro de preço** na modalidade **Pregão Eletrônico**. Devido à necessidade e à essencialidade do serviço, essa contratação visa estabelecer a continuidade da prestação do serviço de Raio-X à população do município.

b) Continuado ou Não:

A prestação do serviço será **continuada**, garantindo a disponibilidade constante dos exames de Raio-X para atender à demanda do sistema público de saúde.

c) Serviço Comum ou Não:

O serviço de Raio-X por imagem é considerado um **serviço comum**, pois pode ser definido por especificações usuais de mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente mensuráveis.

d) Julgamento da Proposta:

Análise técnica das propostas para assegurar que a empresa contratada possua a qualificação e a capacidade técnica necessárias para prestar o serviço com qualidade e eficiência. O critério de julgamento será pelo **menor preço global**, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e de qualificação estabelecidos.

e) Obrigações da Contratada e Contratante:

Contratada:

- Instalação do equipamento de Raio-X.
- Realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
- Disponibilização de profissionais qualificados para a execução dos exames.
- Garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados.
- Entrega de relatórios mensais detalhando os serviços realizados.
- Disponibilização de insumos necessários para a realização dos exames.
- Fornecimento de 01 (um) equipamento de Raio X, com as seguintes descrições:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA Tensão de trabalho 220VAC ou 380VAC trifásico 50 /60Hz Faixa de mA de 10 à 500mA *opcional 320mA, 630mA, 800mA ou 1000mA Faixa de kV de 40 à 125kV ou 150kV de 1 em 1kV Faixa de mAs de 0,1 a 630mAs *opcional 800mAs Tempo de exposição de 0,001 a 10s MESA DE COMANDO Mesa de comando com ajustes de kV, mA, tempo e mAs Mais de 530 técnicas programáveis e editáveis Indicação de exposição por sinal sonoro e luminoso TUBO DE RAIOS-X Tubo de raio-X de alta performance inserida na unidade selada compatível Foco de 0,3 a 2,0mm COLUNA PORTA TUBO Tipo chão-chão *opcional teto-chão ou chão-mesa Movimento giratório do eixo da coluna Freios eletromagnéticos para todos os movimentos Braço telescópico MESA BUCKY Tampo flutuante com deslocamento transversal e longitudinal, com freios eletromagnéticos Potter Bucky oscilante ou estacionário, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas BUCKY MURAL Potter Bucky oscilante, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas COLIMADOR Colimador manual Temporizador para desligamento automático. II - Radiografia Digital (CR) - Digitalizador multi-chapa e multiusuário com um buffer drop and-go exclusivo que elimina tempos de espera e maximiza a produtividade. digitalizador multi aplicação, beneficiando-se de três diferentes modos de resolução de imagem e maximização da produtividade para a gama completa de aplicações clínicas. 2 Cassete de 43X35 2 Cassete de 24X30 III – Sistema de envio e armazenagem de imagens. Com Laudos medico quando solicitados.

Contratante:

- Fornecimento do espaço físico adequado para a instalação dos equipamentos.
- Fiscalização e monitoramento da qualidade dos serviços prestados.
- Pagamento mensal conforme os termos contratuais estabelecidos.

f) Prestação do Serviço:

O serviço será prestado nas dependências do órgão público contratante, com a disponibilidade pela contratada o equipamento em horário comercial para uso da equipe técnica da unidade e disponibilidade para atendimento emergencial fora do expediente normal com a mão de obra da contratada. A contratada deve assegurar a realização dos exames de Raio-X com eficiência e qualidade conforme T.R e normas de saúde e segurança vigentes.

g) Pagamento e Demais:

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após a aprovação dos relatórios mensais de serviços prestados e a emissão das notas fiscais correspondentes. O prazo para pagamento será de até 30 dias após a apresentação da documentação. O contrato poderá prever reajustes anuais com base em índices de inflação, conforme acordado entre as partes.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	Mês	Un.	valor	Valor Total
1	<p>CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (RAIO X), COM E SEM LAUDO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHO DE RAIO-X (FIXO) COMPLETO COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, EQUIPE TÉCNICA E TODOS OS EPI E INSUMOS NECESSÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MINIMAS DOS EQUIPAMENTO A SER DIPONIBILIZADO :</p> <p>EQUIPAMENTO DE RAIO X COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA Tensão de trabalho 220VAC ou 380VAC trifásico 50/60Hz Faixa de mA de 10 à 500mA *opcional 320mA, 630mA, 800mA ou 1000mA Faixa de kV de 40 à 125kV ou 150kV de 1 em 1kV Faixa de mAs de 0,1 a 630mAs *opcional 800mAs Tempo de exposição de 0,001 a 10s MESA DE COMANDO Mesa de comando com ajustes de kV, mA, tempo e mAs Mais de 530 técnicas programáveis e editáveis Indicação de exposição por sinal sonoro e luminoso TUBO DE RAIOS-X Tubo de raio-X de alta performance inserida na unidade selada compatível Foco de 0,3 a 2,0mm COLUNA PORTA TUBO Tipo chão-chão *opcional teto-chão ou chão-mesa Movimento giratório do eixo da coluna Freios eletromagnéticos para todos os movimentos Braço telescópico MESA BUCKY Tampo flutuante com deslocamento transversal e longitudinal, com freios eletromagnéticos Potter Bucky oscilante ou estacionário, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas BUCKY MURAL Potter Bucky oscilante, bandeja com sistema de auto centralização de chassis para filmes ou cassetes de 13x18cm a 35x43 em qualquer direção Grade antidifusora de alta resolução de 103 a 215 linhas COLIMADOR Colimador manual Temporizador para desligamento automático. II - Radiografia Digital (CR) - Digitalizador multi-chapa e multiusuário com um buffer drop</p>	12	Mês	36.885,42	442.625,04

<p>and-go exclusivo que elimina tempos de espera e maximiza a produtividade. digitalizador multi aplicação, beneficiando-se de três diferentes modos de resolução de imagem e maximização da produtividade para a gama completa de aplicações clínicas. 2 Cassete de 43X35 2 Cassete de 24X30 III – Sistema de envio e armazenagem de imagens, REGISTRO DA ANVISA. Incluir instalação completa.</p> <p>Observações: Todos os insumos e EPI (equipamento de proteção individual) necessários para o desenvolvimento das atividades (películas, cassetes, envelopes), (Avental de chumbo ou plumbífero, óculos plumbífero, protetores de tireóide e dosimetria individual, bem como materiais para uso dos pacientes durante a realização de exames (aventais para troca de roupas) e ainda materiais para uso coletivo (copos, papel toalha, papel higiênico, álcool, materiais de limpeza e manutenção) são de responsabilidade e fornecimento da empresa contratada no período da execução do serviço.</p>				
---	--	--	--	--

DESCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTOS QUE SERA REALIZADO PELO EQUIPAMENTO	
ESTIMATIVA DE 500 PROCEDIMENTO MÊS	CÓDIGO
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	0204010055
RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	0204010063
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)	0204010071
RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	0204010080
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010128
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	0204010144
RADIOGRAFIA PANORAMICA	0204010179
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	0204020042

RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA AP/P	0204020069
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	0204020077
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	0204020085
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	0204020093
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	0204020115
RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	0204020123
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) – ARCOS-COSTAIS	0204030072
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)	0204030137
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL	0204030153
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	0204030170
RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	0204040019
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	0204040035
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	0204040051
RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	0204040060
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	0204040078
RADIOGRAFIA DE MAO	0204040094
RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	0204040108
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	0204040116



RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	0204040124
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	0204050138
ESCANOMETRIA	0204060036
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	0204060060
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	0204060087
RADIOGRAFIA DE BACIA	0204060095
RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	0204060109
RADIOGRAFIA DE COXA	0204060117
RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	0204060150
RADIOGRAFIA DE PERNA	0204060168

Os códigos de procedimentos retirados do site <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 442.625,42

9.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 442.625,04 (quatrocentos e quarenta e dois mil seiscientos e vinte e cinco reais e quatro centavos) Considerando os termos do §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por contratação do serviço, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços, mediante pesquisa em sistema de banco de preço. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O parcelamento da contratação do serviço de Raio-X por imagem não se aplica, pois o objeto possui apenas uma especificação técnica e operacional que é indivisível. A contratação de um único fornecedor para a prestação integral do serviço é a abordagem mais eficiente e tecnicamente, garantindo a qualidade, continuidade e eficácia do serviço prestado à população.

Com a contratação de uma única empresa para a prestação completa do serviço, a responsabilidade pela execução do contrato é clara e unificada. Isso facilita a resolução de quaisquer problemas ou questões que possam surgir durante a vigência do contrato, sem a necessidade de coordenação entre múltiplos fornecedores ou prestadores de serviço.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a prestação do serviço de Raio-X por imagem.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação não está formalmente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, destaca-se que a demanda atende a uma necessidade administrativa recorrente e essencial.

Ainda que não prevista no PCA, a contratação está em consonância com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e transparência, que orientam as ações governamentais, e será considerada no planejamento das futuras contratações públicas do município.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 O resultado pretendido com essa contratação é o bom funcionamento do serviço de exames em diagnóstico por imagem na demanda de ambulatório, de forma a atender aos usuários da Rede de Saúde de candeias do Jamari na totalidade de suas necessidades, sendo estas supridas com dignidade e eficiência, garantindo assim o direito à vida desses pacientes.

13.2 A contratação do serviço de Raio-X por imagem tem como objetivo principal atender à demanda crescente por diagnósticos precisos e rápidos, garantindo eficiência e qualidade nos serviços de saúde oferecidos. Conforme o Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21, é crucial justificar tecnicamente os benefícios esperados dessa contratação. Abaixo, detalhamos os principais benefícios que justificam esta contratação.

- **Benefícios Esperados**

Melhoria na Qualidade do Atendimento com o serviço de Raio-X possibilita a contratação de empresas especializadas, que possuem tecnologias de ponta e profissionais qualificados. Isso resulta em imagens de alta qualidade e diagnósticos mais precisos, elevando o padrão de atendimento aos pacientes e facilitando a tomada de decisões clínicas pelos médicos.

- **Redução de Custos Operacionais**

A contratação pode resultar em uma significativa redução de custos operacionais. A administração hospitalar elimina a necessidade de investir em equipamentos caros e de manter pessoal especializado em tempo integral. Além disso, custos com manutenção, atualização tecnológica e treinamento são transferidos para a empresa contratada.

- **Agilidade e Eficiência nos Processos**

Empresas terceirizadas, focadas exclusivamente em serviços de imagem, tendem a operar de maneira mais ágil e eficiente. Isso resulta em menor tempo de espera para a realização dos exames e para a obtenção dos resultados, melhorando o fluxo de atendimento e a satisfação dos pacientes.

- **Impacto Positivo no Atendimento**

A terceirização imediata desse serviço trará um impacto positivo significativo na qualidade do atendimento médico, reduzindo filas de espera e permitindo diagnósticos mais rápidos e precisos. Isso é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes.

- **Sustentabilidade Financeira**

Os benefícios econômicos, como a redução de custos operacionais e a eliminação de investimentos em equipamentos caros, justificam financeiramente a terceirização. A administração poderá alocar recursos de forma mais eficiente, garantindo a sustentabilidade financeira do hospital.

Conclusão

A contratação do serviço de Raio-X por imagem, apresenta inúmeros benefícios técnica e economicamente a sua realização. Desde a melhoria na qualidade do atendimento e a redução de custos operacionais até a flexibilidade e atualização tecnológica constante, esta medida assegura a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população, alinhando-se às exigências da Lei 14.133/2021.

14. Providências a serem Adotadas

A Contratação da empresa especializada para prestação do serviço será a oportuna providência adotada perante a demanda. Desta forma, entendemos que, momentaneamente, não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada.

Os indicados ao acompanhamento e fiscalização das prestações dos serviços deverão adequar seus conhecimentos para a correta verificação e análise do que está sendo realizado.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Possíveis Impactos Ambientais

- **Geração de Resíduos Perigosos Descrição:**

A operação de equipamentos de Raio-X gera resíduos perigosos, como filmes radiológicos, soluções de revelação e fixação, e materiais contaminados com resíduos químicos.

Justificativa Técnica: Esses resíduos contêm substâncias químicas que podem ser prejudiciais ao meio ambiente se não forem descartadas corretamente. É necessário adotar procedimentos rigorosos de coleta, armazenamento e descarte desses resíduos, conforme as normas ambientais vigentes (Resolução CONAMA nº 358/2005).

- **Consumo de Energia Descrição:**

Equipamentos de Raio-X são intensivos em consumo de energia elétrica, especialmente durante os períodos de uso constante.

Justificativa Técnica: O aumento no consumo de energia contribui para a maior emissão de gases de efeito estufa, caso a fonte de energia não seja renovável. A contratação deve priorizar equipamentos com alta eficiência energética e, se possível, fontes de energia renovável.

- **Emissão de Radiação:**

- **Descrição:** A emissão de radiação é inerente ao funcionamento dos equipamentos de Raio-X. Embora seja controlada e limitada às áreas de uso, há riscos associados à exposição inadequada.

Justificativa Técnica: A radiação não controlada pode afetar a saúde humana e o meio ambiente. A terceirização deve garantir que todas as normas de segurança radiológica sejam rigorosamente seguidas, minimizando o risco de exposição.

- **Poluição Química Descrição:**

Produtos químicos utilizados no processamento de imagens radiológicas podem causar poluição se não forem manuseados e descartados adequadamente.

Justificativa Técnica: A contratação deve incluir procedimentos específicos para o manuseio seguro e o descarte adequado de produtos químicos, conforme as regulamentações ambientais (ABNT NBR 10004:2004).

- **Gestão Adequada de Resíduos Descrição:**

Adotar um sistema de gestão de resíduos que assegure o correto manuseio, armazenamento, transporte e descarte de resíduos perigosos.

Justificativa Técnica: A gestão adequada de resíduos perigosos previne a contaminação ambiental e atende às exigências legais, garantindo a sustentabilidade das operações.

Conclusão

A consideração dos possíveis impactos ambientais e a implementação de medidas mitigadoras são fundamentais para assegurar que a contratação do serviço de Raio-X por imagem para que seja realizada de maneira sustentável e conforme a legislação vigente. Adotando as providências necessárias, a Administração garante a proteção do meio ambiente e a eficiência na prestação dos serviços de saúde.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação, salientando tratar-se de serviço de natureza continuada e imprescindível ao funcionamento das Unidade Hospitalar, considerando-se que os resultados revistos atenderão às necessidades da administração pública, bem como para atender aos requisitos legais estabelecidos pelas legislações vigentes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

Equipe de apoio

IRGO MENDONCA ALVES

Autoridade competente





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*. **2-*4 em **23/07/2025 09:58:11**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09W6.6K58.011U.E31X.7356**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **SIZEN KELLEN DE SOUZA DE ALMEIDA**, CPF: 730.09*. **2-*1 em **22/07/2025 08:01:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0865.1U01.543W.2476.2804**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEY MORAES DE MEIRELES**, CPF: 497.88*. **2-*3 em **21/07/2025 10:52:41**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1067.5852.841X.207W.4551**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 em **18/07/2025 16:22:58**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1635.2E22.6588.U05W.4264**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.CCF.F43** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 124/2025**.

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5, em **18/07/2025 - 16:22:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 16X5.8H22.258X.300A.6501

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

88/2025

Responsável pela Edição

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

Data de Criação

15/07/2025 14:54

Objeto da Matriz de Riscos

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (RAIO X), COM E SEM LAUDO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHOS DE RAIO-X.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Estimativas de inadequação de serviço	Falta de memória de cálculo ou levantamento inadequado.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Falha na estimativa de necessidade - subdimensionamento da demanda.					
	Ações Preventivas					
P-01	Planejar os possíveis acréscimos de quantitativos com parcimônia e conforme índices de aumento realistas.			Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA		
	Ações de Contingência					
C-01	Reavaliar de forma criteriosa os quantitativos.			Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Interrupção do serviço por insolvência ou abandono da contratada	A falência ou dificuldades financeiras da empresa contratada podem levar à interrupção dos serviços por falta de recursos para manter a operação.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	pode gerar transtornos operacionais para as unidades de saúde, dificultando o diagnósticos, podendo gerar responsabilização civil e criminal para secretaria de saúde e a empresa contratada.					
	Ações Preventivas					
P-01	Avaliar de forma criteriosa a qualificação econômico-financeira do licitante vencedor para assegurar que ele tem as garantias requisitadas pela lei.			Responsável: LUCIVALDO SILVA DA COSTA		
	Ações de Contingência					
C-01	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsável: IRGO MENDONÇA ALVES		
C-02	Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.			Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta ou fracassada	Descrição incompleta ou insuficiente do objeto a ser contratado	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	prejuízos financeiros e problemas na continuidade, gerando atrasos na sua implementação e, consequentemente, na oferta do serviço à população.					
	Ações Preventivas					
P-01	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Termo de Referência e atentar à legislação vigente, revisão do ETP, TR e EDITAL, pesquisa de preços mais detalhada, análise da concorrência e aprimoramento da divulgação do certame.			Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA		
	Ações de Contingência					
C-01	Republicação do Edital, Corrigir falhas ou inadequações que possam ter afastado os licitantes, o problemas que levaram à desclassificação das propostas.			Responsáveis: LUCIVALDO SILVA DA COSTA, ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	orçamento público	Falta de planejamento adequado	Planejamento	Administração	Alto	



Impactos	
1	comprometimento da estabilidade financeira, endividamento e a necessidade de contingenciamentos que afetam o desenvolvimento de políticas públicas e a qualidade dos serviços oferecidos à população.
Ações Preventivas	
P-01	Implementar sistemas de gestão que permitam um controle mais eficiente dos gastos Responsável: IRGO MENDONCA ALVES
P-02	Investir em tecnologia e capacitação dos servidores públicos para aprimorar a gestão orçamentária e financeira. Responsável: IRGO MENDONCA ALVES
P-03	Buscar fontes de receita alternativas, além dos impostos, para garantir a sustentabilidade financeira Responsável: IRGO MENDONCA ALVES
Ações de Contingência	
C-01	tomar medidas para minimizar os impactos negativos e garantir a continuidade dos serviços essenciais. Responsável: IRGO MENDONCA ALVES
C-02	revisão e priorização de despesas, busca por fontes alternativas de financiamento, e a implementação de medidas de controle de gastos. Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA
Equipe de apoio

Equipe de Planejamento

IRGO MENDONCA ALVES
Autoridade competente





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*. **2- *4 em **23/07/2025 09:58:34**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0972.5858.7343.E43H.8137**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **SIZEN KELLEN DE SOUZA DE ALMEIDA**, CPF: 730.09*. **2- *1 em **22/07/2025 08:01:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **08R2.1K01.543E.W24Z.4111**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEY MORAES DE MEIRELES**, CPF: 497.88*. **2- *3 em **21/07/2025 10:52:41**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1043.0U52.441Z.X887.6784**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2- *5 em **18/07/2025 16:31:02**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **16E8.7931.402Z.8789.5686**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.CD0.03B** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 62/2025**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2- *5 , em **18/07/2025 - 16:31:02**

Código de Autenticidade deste Documento: **16A6.6H31.802U.R388.7618**

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

